

FOLHA BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região - CUT - Maio de 2024 - Nº 858

BANCÁRIOS SE PREPARAM PARA CONFERÊNCIA NACIONAL



Bancárias e bancários de todo o país se reúnem, em São Paulo, entre os dias **4 e 9 de junho**, para definirem a pauta de reivindicações da categoria. De **4 a 6 de junho** ocorrem os congressos e encontros nacionais dos trabalhadores de cada banco em específico e de **7 a 9 de junho** ocorre a **26ª Conferência Nacional das Bancárias e dos Bancários**, com o objetivo de definir a pauta de reivindicações e a estratégia de atuação e de negociações com os bancos na Campanha Nacional.

Inicialmente, a conferência havia sido pensada para ocorrer de forma totalmente presencial, com seus mais de **600 delegados** reunidos para debater sobre os temas de interesse da categoria, levando em conta a conjuntura política e social do país. Mas, para não prejudicar a participação da delegação do Rio Grande do Sul, os representantes do estado poderão participar remotamente.

“Nossa campanha é construída desde as agências bancárias e departamentos adminis-

trativos dos bancos. Toda bancária e todo bancário tem a oportunidade de ajudar a definir nossa pauta de reivindicações”, explicou a presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários, Juvandia Moreira, ao se referir à Consulta Nacional aos Bancários, que é realizada a cada campanha. Neste ano, os bancários podem participar e ajudar a definir as prioridades da campanha até o dia **2 de junho**.

“As conferências estaduais e regionais e os encontros de bancos públicos e privados complementam as propostas da base. Depois, na Conferência Nacional, se define o que vamos colocar na mesa de negociações e quais são os enfoques que vamos dar à nossa Campanha”, completou a presidenta da Contraf-CUT.



*A categoria bancária do Estado de São Paulo se prepara para a 26ª Conferência Estadual da FETEC-CUT/SP que acontece no próximo dia **25 de maio**, no Circolo Italiano, centro histórico da capital paulista.*

MANTENHA-SE INFORMADO
www.bancariosprudente.org.br

CAIXA E FUNCEF PROPÕEM RETIRADA DE DIREITOS PARA REDUZIR EQUACIONAMENTO

A Fundação dos Economiários Federais (Funcef) apresentou, na terça-feira (14), a proposta de redução das contribuições extraordinárias para os participantes do REG/Replan Saldado à Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), à Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) e à Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão e dos Beneficiários de Saúde Suplementar de Autogestão (Anapar). A proposta, fruto do GT formado pela Caixa e pela Funcef, prevê a retirada de direitos dos participantes e o aumento do prazo de pagamento das contribuições extraordinárias. Pontos como o contencioso ou a alteração da taxa de juros da meta atuarial não fazem parte desta proposta.

Entre as medidas propostas estão a unificação dos três equacionamentos vigentes em um único, com o alongamento do prazo em uma vez e meia (passando para 18 anos) e a retirada de direitos, denominada pela Funcef como “adequação no regulamento dos benefícios futuros”. Os direitos que se pretende retirar são:

- Redução da pensão, que atualmente corresponde a 80% do valor do benefício. Segundo a proposta, o benefício seria reduzido para 50% + 10% por dependente, limitado a 80%, conforme parâmetros da reforma da previdência aprovada no governo Bolsonaro;

- Redução da idade limite para recebimento da pensão para os filhos para os 21 anos;

- Fim do Auxílio Pecúlio, que está fixado atualmente em 2 vezes e meia o valor do benefício;

- Atendimento à Lei 3.135/2015 (tabela de temporalidade, que limita o prazo de pagamento da pensão por morte conforme a idade do dependente);

- Alteração do início de acumulação do benefício saldado no Fundo de Acumulação de Benefício (FAB), removendo o direito de incorporar o tempo de contribuição por ingresso no mercado antes dos 18 anos.

Em termos financeiros, essas medidas representam R\$ 2.921.119 bilhões. A contrapartida da Caixa seria apenas antecipar sua parte no equacionamento, aportando outros R\$ 2.921.119 bilhões. Pela proposta, o somatório prevê a redução do déficit já equacionado, mantendo os R\$ 7 bilhões que estão na margem de solvência como déficit à equacionar.

Com todas estas mudanças e o alongamento do prazo em 50%, a alíquota das contribuições extraordinárias passaria dos atuais 19,16% para 10,25%.

O presidente da Fenae, Sergio Takemoto, criticou as medidas da proposta por apenas retirarem direitos dos participantes. “Fica difícil de explicar essas propostas para os participantes quando as medidas apresentadas são apenas retiradas de direitos dos participantes”, ressaltou Takemoto. “O anúncio desta medida gerou uma expectativa imensa dos participantes, que aguardavam o fim do equacionamento e não vai reduzir nem pela metade a contribuição extraordinária. A pergunta que fica é: o que a Caixa e a gestão da Fundação fizeram esse tempo todo para apresentar uma conta apenas para o participante pagar? É uma proposta elaborada excluindo os participantes, e para que possamos nos aprofundar em busca de alternativas é necessário que nos sejam fornecidos os estudos que embasaram esta proposta.”

Entre os questionamentos sobre a proposta, o diretor da Anapar, Antônio Bráulio de Carvalho, citou o enorme risco de judicialização que a implementação dessas medidas poderá trazer, já que há clara “transferência de riquezas”. “Uma parte está pagando com seu direito um benefício que será pago para todos”, ponderou. “Seria importante que, minimamente, fosse realizada uma consulta aos participantes, pois todo o processo foi conduzido, até aqui, excluindo os participantes e suas representações da discussão. Nós não participamos da discussão, fomos apenas informados de como a Caixa e a Funcef estão negociando nosso patrimônio, então é necessário ampliar o debate”, disse Bráulio.

“Se o participante vai pagar com a perda de benefícios futuros, qual é a vantagem dessa medida para os participantes?”, questionou Leonardo Quadros, diretor de Saúde e Previdência da Fenae e presidente da Apcef/SP. “Na prática, o impacto é todo sobre os participantes. O valor que a Caixa alega que aportará já faz parte das provisões que o banco constituiu.”, destacou.

As entidades pediram acesso aos estudos que embasaram a proposta apresentada. “Queremos discutir o contencioso com a Caixa, a revisão da meta atuarial. Entendemos que há alternativas viáveis que não impactam no benefício futuro dos participantes”, ressaltou o diretor da Fenae.

BRDESCO ANUNCIA MEDIDAS EMERGENCIAIS PARA FUNCIONÁRIOS NO RS



O Bradesco, em resposta ao estado de calamidade vivido no Rio Grande do Sul, anunciou uma série de medidas emergenciais para apoiar seus funcionários no estado. As deliberações são frutos das negociações do comitê de crise, com a participação de representantes sindicais bancários da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), da Fetrafi-RS e do SindBancários/PoA, juntamente com membros da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban).

As medidas visam proporcionar suporte psicológico, financeiro e logístico aos trabalhadores afetados pela situação de emergência no estado. Conheça-as:

- Apoio psicológico: Funcionários, dependentes e familiares terão acesso a suporte psicológico gratuito 24 horas, por meio do canal **0800 701 1212** ou pelo e-mail vivabem@bradesco.com.br;

- **Monitoramento ativo:** Assistentes sociais monitorarão ativamente os funcionários diretamente impactados pela calamidade;

- **Antecipação do 13º salário:** A primeira parcela do 13º salário será antecipada para o dia 17 de maio;

- **Vale alimentação emergencial:** Um vale alimentação no valor de R\$ 835,99 será concedido em 31 de maio;

- **Flexibilização de férias:** Os funcionários poderão antecipar ou prorrogar suas férias conforme suas necessidades;

- **Abono de faltas e flexibilização da jornada:** As faltas serão abonadas e haverá flexibilização na jornada de trabalho, com a possibilidade de manutenção do trabalho remoto, se necessário;

- **Alteração do VR para VA:** Haverá suporte na

solicitação de alteração do direito de Vale Refeição (VR) para Vale Alimentação (VA), sem período de carência, devido à dificuldade sistêmica de acesso causada pela falta de internet;

- **Telemedicina:** Atendimento médico será disponibilizado via telemedicina pelo App Bradesco Saúde;

- **Empréstimo social (VivaBem):** Empréstimo em condições diferenciadas de até dois salários, com crédito em até dois dias úteis após a solicitação, devolução em 48 meses, sem juros, e carência de seis meses para início do pagamento.

- “Essas medidas foram planejadas para mitigar os impactos da calamidade na vida dos funcionários do Bradesco no Rio Grande do Sul, oferecendo o suporte necessário em um momento crítico. Conforme a situação evolui, novas medidas emergenciais poderão ser adotadas para continuar atendendo às necessidades dos trabalhadores”, afirmou Magaly Fagundes, coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados do Bradesco.

“A Contraf-CUT continua atenta e em diálogo constante com as instituições financeiras para garantir o bem-estar e a segurança dos trabalhadores bancários durante este período desafiador”, completou Mauro Salles, secretário de Saúde da Contraf-CUT.

HUMOR

PIADAS DE DUPLO SENTIDO

Amigo, fui comprar um carro conversível, mas depois de testá-lo acabei desistindo por causa dos bancos.

- Por causa dos bancos?

- É, os bancos não me emprestaram o dinheiro.

Joãozinho, qual o sujeito da frase “Eu adoro segunda-feira”?

- *O sujeito ou é louco, ou é aposentado, ou tá de férias.*

Um casal vai ao teatro. O homem diz:

- Dois ingressos, por favor.

- Para Romeu e Julieta? – pergunta o rapaz da bilheteria.

- Não, é para mim e para minha esposa mesmo.

DIVERSIDADE

MULHERES JOVENS E NEGRAS SÃO AS MAIS AFETADAS PELO DESEMPREGO E INFORMALIDADE

Em 2023, a taxa de desemprego para jovens mulheres negras (faixa etária entre 18 e 24 anos) era de 18,3%, três vezes maior que o percentual de homens brancos (5,1%) fora do mercado de trabalho. O alerta é do relatório “**Mude com Elas**”, do projeto homônimo conduzido pela ONG Ação Educativa, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), divulgada pelo IBGE.

O trabalho ressalta que, no final de 2023, o país contava com 8,1 milhão de pessoas desocupadas, ou cerca de 7,4% das pessoas com idade de trabalhar. “O número é o menor desde 2014, mas, a partir do recorte da ONG, revela que as jovens e negras seguem sendo as mais prejudicadas no mercado de trabalho, e isso é reflexo de questões históricas racistas e machistas”, observa a secretária da Mulher da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Fernanda Lopes. “Isso fica evidente, quando analisamos que, mesmo com o mesmo grau de escolaridade e exercendo a mesma função dos homens, elas ainda têm remuneração menor do que seus pares masculinos”, completa.

Outros dados levantados pela entidade mostram ainda que:

– A taxa de informalidade é maior entre as jovens e negras: 42% do grupo, 9 pontos percentuais (p.p.) a mais em relação às mulheres jovens brancas (33%);

– A renda delas (R\$ 1.582,00) é 47% menor que a média da população (R\$ 2.982,00) e 2,7 vezes menor que dos homens brancos (R\$ 4.270,00);

– Enquanto apenas 44% delas têm carteira assinada, esse número passa de 50% no caso de homens brancos;

– O acesso ao ensino superior é menor entre as mulheres jovens e negras: 3,4% desse perfil frequente ou já terminou uma graduação. Enquanto o percentual de mulheres brancas na mesma situação é 39,8%;

– No grupo de pessoas de 14 a 29 anos, 10,6% das mulheres negras trabalham e estudam, enquanto 23,3% estão fora do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, não estudam. Por outro lado, entre as

mulheres brancas na mesma faixa etária, 15,4% trabalham e estudam e 15,4% estão fora do mercado de trabalho e não estudam.

– Horas em fazeres domésticos: jovens e negras se dedicam, em média, 22 horas semanais, comparado à média de homens negros e brancos (11,7 horas).

O secretário de Combate ao Racismo da Contraf-CUT, Almir Aguiar, reforça que a população negra, em idade ativa, é a mais afetada pelo desemprego, mesmo diante da melhora do mercado de trabalho, observado no primeiro ano (2023) do terceiro mandato do presidente Lula.

“Apesar de sermos 56,1% da população em idade de trabalhar, em 2023, os negros correspondiam a mais da metade dos desocupados (65,1%). A taxa de desocupação dos negros era, na ocasião, de 9,5%, sendo 3,2 pontos percentuais acima da taxa dos não negros”, disse com base em levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), também realizado a partir da PNAD.

No relatório “Mude com Elas”, a ONG Ação Educativa, ressalta também que “os jovens são o seguimento com menos acesso ao trabalho com carteira assinada”, sendo que “menos de 40,4% têm contrato de CLT com menos de um ano”. Porém, com o recorte feito no levantamento da entidade, é possível confirmar o diagnóstico de que a discriminação é mais aprofundada no mercado de trabalho às mulheres jovens e negras.

Para mudar o cenário

A partir desse diagnóstico do relatório, a ONG Ação Educativa aponta como estratégia a construção de políticas públicas que priorizem jovens mulheres. A entidade cita como exemplo de ação política já em curso o Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, de articulação do Ministério das Mulheres, com medidas para prevenir formas de discriminação, misoginia e violência de gênero contra mulheres e meninas. Mas a organização reflete que é preciso o envolvimento de todos os setores, principalmente de empresas para haver uma mudança real.

